

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA3266
Expansão do Parque de GPL

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania
Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Cardoso

Data: setembro de 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	3
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	3
5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4
6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4

ANEXO I

- Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de Dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto "Expansão do parque de GPL".

O proponente é Digal – Distribuição e Comércio, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 29 de julho a 9 de setembro de 2019.

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Câmara Municipal de Ílhavo

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR-Centro e Câmara Municipal de Ílhavo;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **6 exposições** das seguintes entidades e particulares:

- Estado Maior da Força Aérea
- Direção-Geral do Território
- Autoridade da Aviação Civil
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
- EDP Distribuição
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré

6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

O **Estado Maior da Força Aérea** informa que o projeto em análise encontra-se na Zona D “Horizontal” que permite construções com a altitude máxima de edificação de 52,00m.

Refere que as edificações existentes na área de intervenção da expansão em análise não constam nos registos da Força Aérea, pelo que deve ser solicitado, junto da entidade licenciadora cópia dos processos de licenciamento dos mesmos. A referida documentação deverá permitir a aferição da implantação e altitude máxima das edificações.

Por último, informa que o projeto final da expansão, com a implantação, assim como cortes e alçados devidamente cotados, deverá ser remetido à Força Aérea para emissão de parecer final.

A **Direção-Geral do Território** informa que o projeto em análise não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Como tal, refere que o projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território.

No que se refere à Cartografia, verifica a utilização de cartografia vetorial de grande detalhe e de ortofotos não homologados e não oficiais, em violação do estabelecido no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 141/2014, de 19 de setembro.

No âmbito da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), verifica que o projeto se insere na totalidade na freguesia de Gafanha da Nazaré, no concelho de Ílhavo. Como tal, refere que as peças desenhadas não necessitam dos limites administrativos representados.

A DGT emite parecer desfavorável até que as questões referentes à Cartografia sejam solucionadas.

A **Autoridade Nacional da Aviação Civil** informa que o projeto em análise não tem qualquer impacto em termos das operações da aviação civil.

No entanto, alerta para o facto de que, em fase de construção ou exploração, caso sejam utilizados equipamentos com altura superior a 30 m, nomeadamente guias, estes são considerados obstáculos à navegação aérea. E como tal, deverão ser balizados de acordo com a Circular de Informação Aeronáutica (CIA) 10/03 de 6 de maio, "Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea".

A **ANACOM** verifica a inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica, aplicáveis ao local em análise.

Assim, não coloca objeção à implementação do projeto naquela área.

A **EDP Distribuição** informa que as infra-estruturas elétricas de Média Tensão e de Baixa Tensão atualmente estabelecidas na área envolvente ao projeto em estudo, não interferem com a referida Unidade Industrial.

Refere, ainda, que as condições da ligação à rede de distribuição de energia elétrica, eventualmente necessária na sequência da presente expansão, serão definidas após a apresentação do respetivo pedido de ligação e/ou projeto de infra-estruturas elétricas.

Relativamente às condicionantes, informa que deverá aplicar-se o Decreto Regulamentar 1/92 de 18 de Fevereiro, relativo às servidões para a rede elétrica.

A **Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré** considera que o projeto não irá provocar grandes constrangimentos à população.

Considera, ainda, que todos os requisitos exigíveis por lei, para a gestão e utilização daqueles materiais, estão devidamente salvaguardados.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Expansão do Parque do GPL

Rita Cardoso

Rita Cardoso

ANEXO I

Exposições recebidas

DCOM

E067620-201908 - 27-06-2019



Exmo. Senhor
Dr. Nuno Lacasta
Presidente do conselho Diretivo da
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap.7585
2610-124 Amadora

N/Ref.: DINAV/IEA - 2019/ 1231

S/Ref.: Ofício n.º SO44469-201907-DCOM.DCA

ASSUNTO: Consulta Pública do projeto “Expansão do Parque de GPL” – AIA3266

Dando cumprimento ao solicitado no vosso ofício em referência relativo ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto “Expansão do Parque de GPL” – AIA3266, informa-se que, face ao tipo de projeto e à sua localização, se considera que o mesmo não tem impacte em termos das operações da aviação civil.

Alerta-se, no entanto, para o facto de que em fase de construção ou de exploração, caso sejam utilizados equipamentos com altura superior a 30 m, nomeadamente gruas, estes são considerados obstáculos à navegação aérea devendo ser balizados de acordo com a Circular de Informação Aeronáutica – CIA 10/03, de 06 de maio – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Infraestruturas e Navegação Aérea

Rute Ramalho

*(Por subdelegação de competência – Despacho n.º 4708/2019
Diário da República, 2.ª série, N.º 89, de 9 de maio de 2019)*

PR

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da APA, IP
A/C Vogal do Conselho Diretivo,
Dr.^a Mercês Ferreira

Rua da Murgueira, 9/9A
Zambujal - Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa ref^a/Our ref.:
DSGCIG/DCart

Sua ref^a/Your ref.:
S044469-201907-DCOM.DCA

Of. N^o:
S-DGT/2019/3870
16-09-2019

26-07-2019

**Assunto: Parecer da DGT – AIA 3266 - “Expansão do Parque GPL”
– Consulta Pública**

Em resposta ao solicitado no vosso ofício acima referenciado; e na sequência da apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada em suporte digital pela APA no Portal Participa (<http://participa.pt/>), relativa ao Projeto em epígrafe, informamos o seguinte:

1- Rede Geodésica

Este Projeto não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Assim sendo, não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território.

2- Cartografia

No que se refere à Cartografia, após análise da documentação disponibilizada, verifica-se a utilização de cartografia vetorial de grande detalhe e de ortofotos não homologados e não oficiais, em violação do estabelecido no n^o 5 do artigo 3^o do Decreto-Lei n^o 141/2014, de 19 de setembro.

3- Limites Administrativos

No âmbito da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), verifica-se que o Projeto referente à Expansão do Parque de GPL se insere, na sua totalidade, na freguesia de Gafanha da Nazaré, no concelho de Ílhavo.

Como tal, as peças desenhadas não necessitam dos limites administrativos representados.

4- Conclusão

O parecer da DGT é desfavorável enquanto não forem solucionadas as questões referidas no ponto **2- Cartografia**.

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral



Mário Caetano

Por delegação, conforme Despacho n.º
5512/2019, de 20 de maio, publicado
na 2.ª Série do Diário da República
n.º 109, de 6 de junho de 2019

Agência Portuguesa do Ambiente
R. da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Apartado 7585,
2610-124 AMADORA

S/ referência
S044469-201907-
DCOM.DCA

S/ comunicação
23/7/2019

N/ referência
ANACOM- 2019199035

Data
02/08/2019

Assunto: Consulta Pública – Projeto "EXPANSÃO DO PARQUE DE GPL"-AIA 3266

Em resposta ao ofício de V. Exas. acima referenciado, foi analisado o Resumo Não-Técnico do EIA deste projeto constante da plataforma digital *participa.pt*, na perspetiva da identificação de condicionantes que possam incidir sobre a área de território afeta ao projeto, decorrentes da existência de servidões radioelétricas constituídas ou em vias de constituição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro.

Em resultado da análise verificou-se a inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica, aplicáveis à área em causa. Assim, esta Autoridade não coloca objeção à implementação do projeto naquela área.

Com os melhores cumprimentos,



LUÍSA MENDES
Diretora de Gestão
Do Espectro

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
FORÇA AÉREA
Gabinete do Chefe do Estado-Maior

Em resposta
refira:

01.AGO.2019*008646

P.º: 45/19

Para: Exma. Senhora
Vogal do Conselho Diretivo da APA
Eng.ª Mercês Ferreira
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Apartado 7585
2610-124 Amadora

Assunto: **CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO “EXPANSÃO DO PARQUE DE
GPL” AIA 3266 – CONSULTA PÚBLICA.**
(DI 60.310/19 IDP 107535)

Ref.ª: V/ Ofício n.º S044469-201907-DCOM.DCA de 23 de julho de 2019.

Exma. Eng.ª Mercês Ferreira

Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base o Decreto n.º 42239/59 de 28 abril e face à documentação disponibilizada no âmbito do processo de consulta pública, cuja entidade promotora é a Agência Portuguesa do Ambiente, em que solicita apreciação do projeto em epígrafe, sito no Porto de Aveiro, Gafanha da Nazaré, concelho de Aveiro, encarrega-me S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar que, nos termos da Servidão, o projeto solicitado encontra-se na Zona D “Horizontal” que permite construções com a altitude máxima de edificação de 52,00m.

As edificações existentes na área de intervenção da expansão em apreço não constam nos registos da FA, pelo que deve ser solicitado, junto da entidade licenciadora, a cópia dos processos de licenciamento dos mesmos. A referida documentação deve permitir a aferição da implantação e altitude máxima das edificações.

Mais me encarrega S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar que projeto final da expansão, com a implantação, assim como cortes e alçados devidamente cotados, deve ser remetido à Força Aérea para emissão de parecer final.

Com os melhores cumprimentos

Rui José dos Santos P. P. de Freitas

✓ O CHEFE DO GABINETE, interino

Rui José dos Santos P. P. de Freitas
Brigadeiro-General Piloto Aviador

[Assinatura]



DIREÇÃO REDE E CONCESSÕES PORTO
Rua Ofélia Diogo Costa, 45 - 2º
4149-022 Porto
Telef. 22 001 8735
Fax 22 000 5594

À
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Apat 7585
2610-124 AMADORA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data:
SO44469-201907-D COM.DCA	23-07-2019	Carta 471/19/ D-DRCP-AGA	12 - 9 - 2019

Assunto: Consulta Pública - Projecto de Expansão do Parque de GPL - AIA 3266

Exmos. Senhores,

Conforme solicitado por V. Exa., após apreciação ao projecto de Expansão do Parque de GPL referido em assunto, somos a informar:

1. As infra-estruturas eléctricas de Média Tensão e de Baixa Tensão actualmente estabelecidas na área envolvente ao projecto em estudo, não interferem com a referida Unidade Industrial;
2. As condições da ligação à rede de distribuição de energia eléctrica, eventualmente necessária na sequência da presente expansão, serão definidas após a apresentação do respectivo pedido de ligação e/ou projecto de infra-estruturas eléctricas;
3. Em termos de condicionantes, deverá aplicar-se o Decreto Regulamentar 1/92 de 18 de Fevereiro, relativo às servidões para a rede eléctrica;
4. Os princípios definidos no projecto de Expansão do Parque de GPL, merecem parecer favorável.

Com os melhores cumprimentos,

Direção Rede e Concessões Porto
Gestão de Ativos


Francisco Ribeiro
(Subdiretor)

AR/ME



Exmo. (s) Sr. (s)

Trifólio

Estudos e Projetos Ambientais
e Paisagísticos, Lda.

31/2019

2019-08-16

Envio de Parecer - Expansão do Parque de GPL – PPS – Porto de Aveiro – Estudo de Impacte Ambiental”

Exmos. Srs

Vimos pela presente agradecer a documentação que tiveram a amabilidade de nos enviar, referente ao processo da “Expansão do Parque de GPL PPS – Porto de Aveiro – Estudo de Impacte Ambiental”, que foi devidamente analisado pelo Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, na sua reunião ordinário do passado dia 14 de Agosto de 2019.

Assim em face dos elementos solicitados, queremos salientar o seguinte;

Quanto aos condicionalismos que esta expansão possa trazer, para o local onde se situa, sendo esta uma área de acesso restrito e sobre a jurisdição do Porto de Aveiro, não nos parece que possa provocar grandes constrangimentos à população.

Por outro lado, estando certos de que todos os requisitos exigíveis por lei, para a gestão e utilização destes materiais, estão devidamente salvaguardados e serão literalmente assumidos e cumpridos, por V. Exas, conforme assumem no Estudo de Impacte Ambiental de Julho de 2019, dão-nos enquanto representantes da população da Gafanha da Nazaré, alguma tranquilidade.

Pretendemos, no entanto, salientar, que continuaremos a acompanhar muito de perto a evolução deste processo.

Sem mais, nos subscrevemos, ficando ao vosso dispor para o que entendam necessário.

O Presidente da Freguesia da Gafanha da Nazaré


(Carlos António das Neves Rocha)